

Financeirização das *commodities* e padrões espaciais de acumulação e dominação: implicações para apropriação e conflitos pela terra no Brasil

Fernando Michelotti
(Doutorando IPPUR/UFRJ)
Hipólita Siqueira
(Professora IPPUR/UFRJ)

Resumo

A análise das dinâmicas econômicas, políticas e espaciais decorrentes da predominância da acumulação financeirizada no capitalismo mundial contemporâneo impõe desafios teóricos e metodológicos que permitam evidenciar suas implicações nos distintos padrões nacionais e regionais de acumulação e dominação. Este artigo se propõe a analisar como as relações entre essas dinâmicas mais gerais e a ação de agentes econômicos e políticos vinculados ao setor de *commodities* dominam e produzem espaços regionais e, por conseguinte, conflitos territoriais. A análise centra-se em três aspectos interligados. Em primeiro lugar, nas relações entre a existência de uma complexa rede de mecanismos de apostas financeiras no mercado de *commodities* e o chamado *acaparamiento* de terras, entendido como processos de transferência de controle político de terras em larga escala, sob os imperativos da acumulação de capital. Em segundo lugar, nas relações entre a expansão da produção e exportação de *commodities* no Brasil e as estratégias de acumulação nacional, resultantes das capacidades das frações que compõem o bloco no poder de impor suas agendas políticas e econômicas em escalas nacional e regional. Por fim, nas relações entre essa dinâmica de acumulação e o fortalecimento do controle territorial via atualização de um pacto latifundiário, especialmente, nas diferentes regiões produtoras de *commodities*, agravando a luta pela terra e os conflitos agrários.

Palavras Chaves:

Financeirização – *Commodities* – Conflitos Agrários

Introdução

Nas análises da dinâmica capitalista contemporânea, vem sendo destacada a predominância da lógica do capital fictício e a configuração de um regime de acumulação financeira. Dentre as várias contribuições, no campo da Economia Política, são importantes os estudos de Chesnais (2005) e Guttman (2008), bem como de Paulani (2016), na literatura nacional. Do mesmo modo, os estudos de Harvey (2005) também chamam a atenção para a dimensão espacial de tal dinâmica através de contribuições conceituais originais e criativas que articulam as crises econômicas aos ajustes espaciais.

Para além do destaque dado aos principais mecanismos, agentes e lógicas do regime de acumulação financeirizado, a dinâmica capitalista contemporânea tem sido pautada por movimentação espacial de capitais irrestrita, sob distintas lógicas setoriais. As estratégias de acumulação de capital e poder são simultaneamente financeirizadas e multiescalares. A intensificação

das relações entre os principais agentes econômicos (fundos *de hedge*, fundos institucionais, bancos e empresas transnacionais) e os Estados territoriais (com destaque para o chinês) tem levado a uma maior complexificação nos quadros geoeconômico e geopolítico mundial e à ampliação das desigualdades geográficas (além das já destacadas pela literatura da Economia Política: sociais, econômicas e políticas).

Os debates no campo da Economia Política do Espaço, por sua vez, têm sido fortemente influenciados pela literatura de financeirização, sendo, em grande parte, guiados por estudos sobre a financeirização da lógica de operação dos agentes econômicos envolvidos na produção imobiliária (De Mattos, 2016). Portanto, limitando-se às implicações da dinâmica capitalista atual para a produção do espaço urbano.

Embora reconhecendo a relevância das contribuições dos estudos de referência internacional e nacional, cabe ressaltar a necessidade de se compreender a dinâmica capitalista atual à luz das especificidades históricas e socioeconômicas das complexas e diversas configurações territoriais no capitalismo do “Sul-Global”. Desse modo, no campo da Economia Política impõe-se uma análise sobre a financeirização sem generalizações e modismos, considerando as particularidades dos distintos padrões nacionais e regionais de acumulação e dominação. Ao mesmo tempo, no campo da Economia Política do Espaço, torna-se necessário um deslocamento das análises tradicionais, centradas na escala intraurbana, para uma perspectiva cada vez mais relacional entre as escalas espaciais (global, nacional e regional).

Diante disso, são enormes e muito instigantes os desafios teórico-analíticos para se pensar as várias frações de capital; distinguir estratégias espaciais de acumulação; considerar as variadas formas de apropriação territorial, de exploração do trabalho e de extração de rendas (financeiras, da terra, territoriais etc.); a conformação de distintos blocos territoriais de poder, bem como compreender os circuitos espaciais de acumulação e suas implicações para as dinâmicas regionais e urbanas desiguais e os conflitos sociais, territoriais e ambientais.

O objetivo deste trabalho é buscar compreender como a dinâmica de acumulação financeirizada e a atuação de agentes econômicos e políticos vinculados ao setor de *commodities*, com ampla mobilidade territorial, dominam e produzem espaços regionais e, por conseguinte, conflitos territoriais. Busca-se destacar, de modo exploratório, as inter-relações entre a dinâmica financeirizada das *commodities* do setor agrícola, padrões espaciais de acumulação e dominação, apropriação e conflitos pela terra no Brasil nas duas últimas décadas.

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho divide-se em três seções. Na primeira, foram examinadas algumas dimensões do debate sobre financeirização das *commodities* e o denominado *acaparamiento* de terras. Na segunda, discute-se as mudanças na economia brasileira instauradas a partir dos processos de abertura comercial e financeira, com destaque para as análises

sobre a valorização do capital financeiro e as mudanças no bloco de poder. Na terceira e última seção, foi examinada a economia do agronegócio brasileiro e suas implicações para a complexificação da questão agrária e dos conflitos pela terra.

Financeirização das *Commodities* e *Acaparamiento* de Terras

A emergência de um “regime de acumulação dominado pelas finanças” (na elaboração de Chesnais (2005)) ou de um “capitalismo dirigido pelas finanças” (na elaboração de Guttman (2008)), tem sido caracterizada pela submissão do sistema econômico contemporâneo aos imperativos da lógica da acumulação financeira. Esse movimento estaria sendo configurado a partir da introdução de mecanismos específicos, sob o comando de agentes econômicos tais como fundos institucionais (fundos de hedge, de pensão etc.) e bancos. Dentre os principais mecanismos, estão: a transição do financiamento através do endividamento bancário (finanças indiretas) para o financiamento através de valores mobiliários (derivativos) e da emissão de ações ou emissão de títulos (finanças diretas); aumento da participação de ativos financeiros no patrimônio das empresas; introdução de inovações financeiras “à sombra” da regulação dos bancos centrais; imposição de uma governança corporativa cujo objetivo é a “maximização do valor das ações”; ausência de controles efetivos do sistema financeiro internacional; auto-regulação dos agentes; e desregulamentação financeira. Apesar das divergências de abordagens teóricas dos estudos, a centralidade dos agentes do mercado de derivativos é consensual.

Em sua dimensão histórico-espacial, a emergência de uma dinâmica capitalista financeirizada remonta a processos mais amplos deflagrados a partir dos anos 1970. Com base em Harvey (2005, 2008a, 2008b) três aspectos podem ser enfatizados: (i) os limites do regime de acumulação fordista nos países de capitalismo avançado levaram a um esforço de restabelecimento do poder de classe das elites capitalistas frente ao conjunto das organizações trabalhistas, cujos pilares foram as inovações tecnológicas e organizacionais da produção industrial e a dominação financeira da economia; (ii) a instabilidade e volatilidade da acumulação capitalista nesse novo contexto, com intensificação da frequência de crises de sobreacumulação as quais deflagraram “ajustes espaço-temporais” e uma maior importância de processos de acumulação por espoliação; (iii) a legitimação desses processos através do fortalecimento ideológico de comportamentos e concepções mentais baseadas em narrativas do neoliberalismo e da globalização, assim como padrões estéticos pós-modernos.

Para esse autor, a dominação financeira se mostrou como a principal solução para a dificuldade crescente de a produção capitalista sustentar uma taxa de acumulação ampliada necessária para a manutenção do sistema, pois embora ela não signifique a revitalização da acumulação de capital global, ela garante a restauração do poder das elites econômicas. No entanto, a circulação financeira gera constantemente uma grande quantidade de capital fictício excedente que pressiona pela criação

de novos espaços geográficos e econômicos de aplicação rentável. A partir dessa perspectiva, verifica-se a retomada de velhos mecanismos de acumulação primitiva, assim como a criação de novos dispositivos que vão desde a biopirataria até as privatizações, voltadas para a mercantilização de bens comuns. A associação de poderes territoriais e capitalistas, denominados por Harvey de “novo imperialismo”, para a utilização de diferentes instrumentos de poder que garantem a dominação de terras e seus recursos é parte, portanto, desse contexto mais amplo.

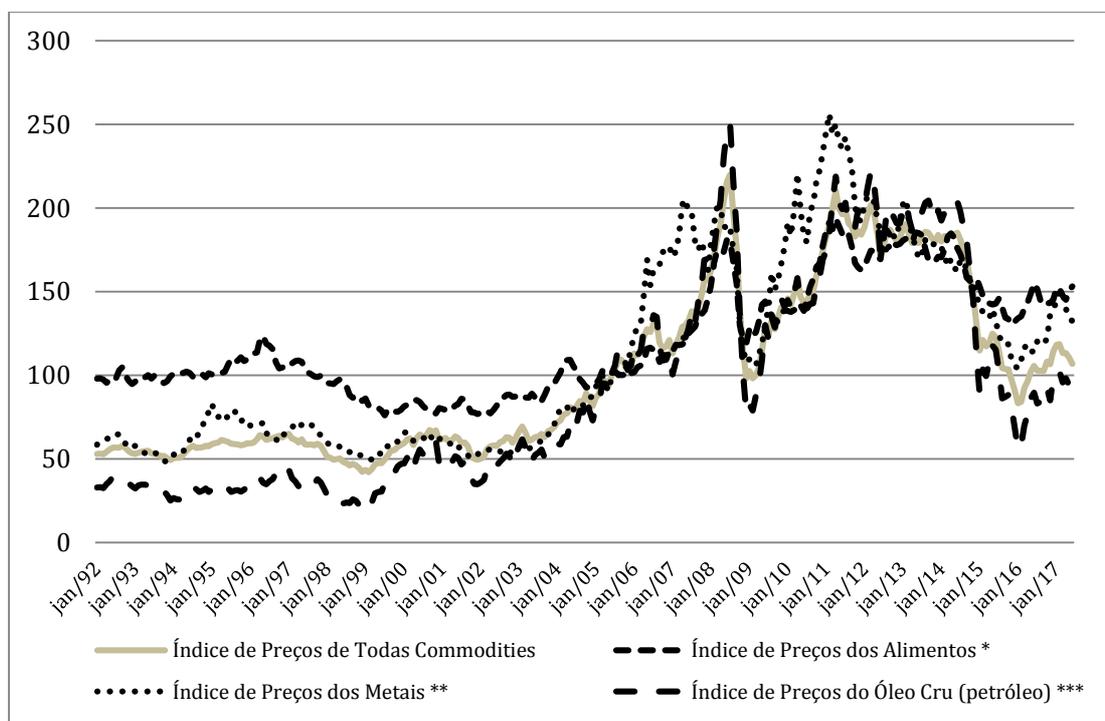
O regime dominado pelas finanças diretas teve implicações significativas para o mercado mundial agroalimentar. Durante os anos 1980 e 1990 e, após a crise das empresas “ponto.com” no início dos anos 2000, e do mercado imobiliário em 2007/2008, o capital especulativo migrou em busca de refúgios seguros, sobretudo no petróleo e nas *commodities* minerais e agrícolas. Isso levou a uma elevação sem precedentes dos seus preços, pressionando a elevação dos salários e custos industriais com matérias-primas, em um círculo vicioso que reduzia ainda mais a rentabilidade industrial e fortalecia a financeirização. Para Rubio (2015), nesse contexto, não seriam mais os problemas conjunturais de quebra de safra ou o aumento de demanda de alguns produtos que explicariam a elevação de preços, mas, sobretudo, o movimento do capital especulativo que se aproveita dessas incertezas conjunturais e fragilidades do sistema agroalimentar na busca de lucros financeiros.

Para essa autora, tanto as crises como o movimento mais geral de elevação de preços, não acarreta em benefícios para os próprios produtores rurais, à exceção daqueles que produzem em larga escala e com alto padrão tecnológico. As empresas agroalimentares transnacionais são as maiores beneficiadas nesse processo (produtoras e vendedoras de insumos e maquinário e empresas voltadas à comercialização e processamento). Essas empresas têm conseguido impor preços internos aos produtores que não refletem os aumentos do mercado mundial, apropriando-se, assim, dessa diferença.

Sobre o processo de financeirização das *commodities*, em especial o mercado de derivativos das *commodities* agrícolas, Vander Stichele; Thijs Kerckhoffs; van Os (2010) analisam as relações entre mercados de futuros, especuladores e a determinação dos preços de comercialização desses produtos nos mercados à vista. Os mercados de futuro foram criados para dar maior estabilidade à comercialização de alimentos, através de um acordo de compra e venda de certa quantidade de produto, por certo preço, em uma data futura, facilitando o planejamento da produção e distribuindo os riscos entre todos os envolvidos. A partir dos anos 1970, foram introduzidas mudanças nas suas regras de funcionamento gerando flexibilizações importantes, tais como a possibilidade de compra e venda dos títulos futuros antes do momento da entrega final do produto. Com isso, passaram a atrair especuladores como fundos de *hedge*, fundos de pensão, investidores institucionais, bancos e bancos de investimentos.

A comercialização desses contratos futuros tem se dado através dos mercados de derivativos, sendo que muitas dessas transações entram em cestas, juntamente com outros tipos de *commodities* e outros produtos e títulos, sendo negociadas a partir de um índice mais amplo. Por isso, no mesmo mercado coexistem atores diretamente envolvidos na cadeia produtiva procurando se proteger das flutuações de preços, especuladores que apostam na flutuação positiva da *commodity* em questão e aqueles que adotaram essa *commodity* como um fator de baixo risco em uma cesta diversificada de derivativos. Toda essa complexa rede de mecanismos de apostas financeiras relacionadas às *commodities* leva a situações a que os preços desses títulos podem ser negociados em valores muito mais elevados do que os valores reais da produção, pressionando não apenas seus preços futuros, como os próprios preços praticados à vista que, por sua vez, levam ao aumento das áreas plantadas daqueles produtos em alta.

Gráfico 01: Índice de Preços de *Commodities* (2005 = 100)



Fonte: Flexor; Leite (2017); IMF Primary Commodity Prices <<http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>> (monthly data). Acesso em: 01/10/2017. Elaboração dos autores.

* inclui Índices de Preços de Cereais, Óleos Vegetais, Carne, Frutos do Mar, Açúcar, Banana e Laranja.

** Inclui Índices de Preços de Cobre, Alumínio, Minério de Ferro, Estanho, Níquel, Zinco, Chumbo e Urânio

*** Média Simples dos Preços de Dated Brent, West Texas Intermediate e Dubai Fateh

O gráfico acima demonstra um comportamento bastante similar das dinâmicas dos preços internacionais de diferentes *commodities*, indicando que a elevação de preços iniciada nos anos 2000, com seu pico entre 2006 e 2014, não pode ser considerada um simples reflexo da demanda por um ou alguns produtos (Flexor; Leite, 2017). Entretanto, em cada um desses mercados atuam atores e

mecanismos específicos, assim como causas particulares de elevação de demanda ou crise de produção que geram instabilidades. Por isso, não se pode fazer uma generalização das formas de funcionamento de cada um deles, embora o processo de financeirização desses produtos ajuda a explicar porque seus preços assumem comportamento bastante similar, inclusive com tendências de formação de bolhas especulativas que, em algum momento estouram, como se verifica na queda iniciada em 2011/2012 e agravada em 2014/2015. Por outro lado, é importante considerar nessa dinâmica de preços o papel da China, epicentro da dinâmica capitalista contemporânea e de intenso processo de industrialização e urbanização, demandante de alimentos e de insumos agrícolas e minerais.

O *boom* dos preços verificado entre 2000 e 2014 impulsionou uma forte expansão da produção das *commodities*. Rubio (2015), analisando o mercado mundial, relaciona essa elevação dos preços das *commodities* agrícolas com a expansão da produção em vários países emergentes, dentre eles os países do BRICS, levando a ampliação da competição no mercado agroalimentar, a perda de posição hegemônica dos EUA nesse quesito e a uma ampliação de excedentes redirecionados aos agrocombustíveis. Vários autores têm se dedicado a analisar esse processo no Brasil, relacionando a expansão dos preços e da produção de *commodities*, assim como sua relação com a dinâmica de apropriação das terras e elevação de seus preços. Sauer; Leite (2012) e Flexor; Leite (2017) dedicam-se sobretudo ao caso brasileiro da soja e da cana-de-açúcar, relacionando não apenas as dinâmicas de preço e produção, mas a uma “corrida por terras” e “estrangeirização” das mesmas.

Esse fenômeno tem sido categorizado na literatura por termos como *land grabbing* ou *acaparamiento de tierras*, com certa dificuldade de tradução para o português, não apenas por problemas semânticos, mas sobretudo pela disputa de sentidos políticos e ideológicos envolvidos nessa tradução (Sauer; Borras Jr, 2016). Para esses autores, o termo começou sendo traduzido como aquisição de terras em larga escala por estrangeiros e/ou estrangeirização da terra que, posteriormente, foi se mostrando insuficiente diante da complexidade do fenômeno. Nessa perspectiva, defendem a tradução para o termo apropriação de terras, diretamente relacionado aos conceitos de acumulação e expropriação/espoliação não apenas de terras, mas também dos recursos naturais que estas contém (água, minérios, biodiversidade).

Condizente com essa perspectiva, Borras Jr et al. (2013), especialmente em relação ao caso da América Latina, argumentam que o *acaparamiento* envolve três fatores inter-relacionados: a concentração do controle da terra, que permite mudanças nas formas de uso e no seu significado – fenômeno relacional e político, expressão de relações de poder; transferência de controle em grande escala, não tanto em termos de área física, mas de capital envolvido; vinculação aos imperativos da acumulação de capital, especialmente dos novos centros de acumulação no âmbito de blocos tais como BRICS.

Com essa definição mais abrangente, esses autores discutem que o *acaparamiento* de terras na América Latina não se resume à apropriação de terras por capitais e Estados estrangeiros, chamando atenção para o papel de capitais e Estados nacionais/regionais que atuam direta ou indiretamente, inclusive com aporte financeiro e legitimação. Abordando a dominação da terra em termos de controle político, não restringem a análise aos processos de compra/expropriação, incluindo inúmeros outros mecanismos como arrendamentos de curto e longo prazo, contratos e *joint ventures*, o que significa que além da expulsão de produtores locais, existem outras formas de subordinação em curso. Por fim, sugerem que o *acaparamiento* não ocorre exclusivamente no setor alimentar e nem como resposta exclusiva aos aumentos dos preços desses produtos, envolvendo diversos setores agrícolas e não-agrícolas e mecanismos mais complexos de vinculação à especulação financeira.

Na seção seguinte, serão examinadas as mudanças na dinâmica econômica brasileira, sob a perspectiva da lógica de valorização financeira e dominação política e suas articulações com o setor produtor de *commodities*.

“Plataforma de Valorização Financeira”, Bloco no Poder e Expansão do Agronegócio no Brasil

Para Paulani (2008), coube ao governo de Fernando Henrique Cardoso, ao longo dos anos 1990, implantar a reorganização institucional que permitiu a consolidação do Brasil como “plataforma de valorização financeira” internacional, através de alguns mecanismos basilares: estabilização monetária, abertura do mercado de capitais, abertura comercial desordenada, privatizações financiadas com dinheiro público, sobrevalorização da moeda e elevação da taxa de juros, Lei de Responsabilidade Fiscal e a reforma do sistema previdenciário dos trabalhadores da iniciativa privada vinculando-a a uma lógica de capitalização rentista. No entanto, para essa autora, houve uma continuidade e aprofundamento no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2006, com a aprovação da Lei de falências, a autonomia operacional do Banco Central e a extensão da reforma da previdência aos trabalhadores do serviço público ao definir teto máximo e aposentadoria complementar.

Como consequência dessas decisões, Paulani mostra que, entre 1975 – 2004, as despesas anuais do Brasil com serviços de fatores de produção, ou seja, pagamentos de lucros e dividendos de investimentos diretos, dividendos e juros de investimentos em carteira e juros de empréstimos convencionais, cresceram 1.085%, enquanto o PIB cresceu 129% e o PIB per capita 42%. Ou seja, quanto mais essa estratégia de transformação do país em uma plataforma de valorização financeira foi se aprofundando, maior foi se tornando o déficit no balanço das rendas, pressionando o balanço de pagamentos brasileiro que foi se tornando um ponto de estrangulamento da estabilidade macroeconômica nacional.

Delgado (2012), na mesma direção que Paulani (2008), enfatiza a importância crescente que o

constrangimento externo causado pelo déficit no balanço de pagamentos foi assumindo desde os anos 1980, seja com a crise da dívida externa, seja com o crescimento dos pagamentos de rendas do capital estrangeiro aqui aportado, no final dos anos 1990, levando a que o governo buscasse no estímulo à geração de saldos de comércio exterior pelo crescimento do setor primário uma possibilidade de equilíbrio da balança de pagamentos. Com isso, a agricultura passou a ter papel macroeconômico relevante para além de sua participação específica na composição do Produto Interno Bruto.

Essa estratégia mostrou-se particularmente importante nos períodos entre 1983 – 1993 e após 2000, intercalada pelo período entre 1994 – 1999, quando houve uma folga na liquidez internacional e a entrada massiva de capitais no país, resultante das opções políticas já assinaladas por Paulani (2008). O fundamental para Delgado (2012) é que os ajustes conjunturais nesse período foram levando ao desmonte da política de modernização conservadora da agricultura e a uma nova estratégia de acumulação de capital no setor agrícola, estruturando uma economia do agronegócio que se efetivou a partir do ano 2000, no final do governo Fernando Henrique Cardoso, continuando e se aprofundando ao longo dos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff.

Pela ótica política da dominação, ocorreram alterações nas articulações entre o sistema econômico e o político e entre as classes e grupos sociais nacionais e externos, inclusive alterando a hegemonia no bloco de poder, que, para Teixeira; Pinto (2012), passou a ser exercida pela fração bancário-financeira do capital, representada pelos bancos, seguradoras, fundos de pensão, corretoras, agências de *rating* etc. Para esses autores, no caso brasileiro, essa hegemonia se expressa pela presença de ocupantes de postos-chaves do mercado financeiro no Banco Central, um dos mais importantes centros de poder do Estado, e pela propagação da ideologia da ortodoxia econômica pela grande imprensa.

Para Teixeira; Pinto (2012), apesar de certa flexibilização durante o segundo governo Lula (2007 – 2010), possibilitada em função do excesso de liquidez internacional e dos superávits comerciais acumulados com as exportações de *commodities*, não houve modificações nos principais pontos da ortodoxia da política econômica, especialmente no controle da inflação a partir da apreciação do Real, na produção de superávits primários que garantiram os recursos para pagamento da dívida pública interna, que cresceu no período, e na taxa de juros elevadas, apesar de momentos de redução, que garantiram ganhos elevados para os setores financeirizados, a fração hegemônica do bloco no poder.

No entanto, esse arranjo econômico e pacto político também levaram a um aumento relativo do poder da grande burguesia produtora e exportadora de *commodities*, especialmente o agronegócio e as indústrias de *commodities* intensivas em capital, tais como Vale e Petrobrás. Esse aumento do poder relativo dessas frações da burguesia, segundo Teixeira; Pinto (2012), intensificaram os conflitos no interior do bloco no poder, especialmente em torno da política de juros elevados e câmbio

flexível apreciado, que favorecia os ganhos financeiros e reduzia os ganhos dos exportadores, apenas compensados, neste período, pela elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional (gráfico 01). Além desses, também houve o fortalecimento de outros segmentos nacionais da indústria e comércio, beneficiados economicamente com a expansão interna da economia.

No entanto, em trabalho mais recente, Pinto et al. (2016) mostram que a tentativa ‘voluntarista’¹ do governo Dilma de provocar uma alteração na hegemonia do bloco no poder, expressa no papel ativo do BNDES voltado ao fortalecimento dos setores produtivos e na redução da taxa de juros entre 2011 e 2013, levou-o a uma derrota política frente ao capital bancário-financeiro que o obrigou a retroceder², inaugurando a crise política desse governo e garantindo que esse setor tivesse a maior rentabilidade sobre o patrimônio líquido no período 2011 – 2014, quando comparado aos demais segmentos da economia.

Com base nos valores dos contratos do BNDES no período 2007 – 2014 (tabela 01) pode-se verificar que 33,7% desses foram destinados ao hidro, agro e mínero negócio, o que reforça uma leitura sobre a fragilidade de uma aposta governamental de enfrentar interesses rentistas-financeiros apoiando-se nesses setores, que, por sua vez, apresentam estreitas vinculações com os ganhos rentistas ligados à financeirização da terra e das *commodities*.

Se essa dinâmica econômica não provocou alterações significativas no bloco de poder nacional, consolidando a articulação financeira-exportadora de *commodities* como dominante, tampouco alterou as relações de poder nos blocos regionais, embora estas tenham se complexificado. Para Brandão (2010), o crescimento econômico desse período não levou a uma ruptura com o caráter extensivo e predatório do desenvolvimento capitalista brasileiro, baseado na apropriação contínua de porções territoriais pelas frentes de expansão, reproduzindo na fronteira o padrão de concentração da propriedade, da renda e do poder. Permaneceu, portanto, um processo de extensividade da acumulação baseada na apropriação territorial, no privilégio da órbita da circulação mercantil e financeira, no controle da propriedade fundiária e na hegemonia de cúpulas mercantis territoriais com forte apego patrimonialista à terra propriedade (p. 50).

¹ Segundo Pinto et al (2016, p. 26): “A presidenta realmente avaliou que poderia, de forma voluntarista, sem uma sólida aliança interclasses, e/ou uma intensa mobilização política dos trabalhadores, enquadrar a cena política e o bloco no poder do capitalismo brasileiro. Ela acreditou que o seu poder estatal (sua posição de presidenta) decorria de uma força própria (ao estilo weberiano) distinta do poder de classe que possibilitaria a realização de mudanças estruturais. Bastaria um desenho de especialistas/técnicos, destituídos de interesses de classe, e a vontade política do governante para realizar mudanças mais amplas. Doce ilusão! A história já nos mostrou que mudanças estruturais conseguem ser levadas adiante em algumas circunstâncias, tais como, em momentos de profunda mobilização popular, em um contexto autoritário, em situações de sólidas alianças interclasses, quando ocorrem depressões econômicas, ou em estados de guerra. Nestas situações o Estado pode adquirir uma maior autonomia relativa diante do bloco no poder e comandar, pelo menos temporariamente, o processo de acumulação”.

² Vale observar que no período em que os juros brasileiros chegaram ao patamar mais baixo, em claro sinal de enfrentamento aos interesses financeiros, eclodiram as manifestações de junho de 2013, demonstrando a erosão da legitimidade popular do arranjo político e econômico ‘lulista’, o que fragilizou ainda mais o governo nessa disputa.

Tabela 01: Operações contratadas pelo BNDES com agentes privados, de forma direta e indireta, não automática, reembolsável, em R\$ bilhões

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total		
									R\$	%	%
Infra-Estrutura	22,36	13,44	38,72	15,15	28,95	60,78	29,62	32,78	241,79	55,3	100
Energia Elétrica	8,02	9,85	22,98	7,18	15,04	38,38	11,58	14,79	127,82	29,2	52,9
(a) Geração Hidr.	3,02	5,10	14,21	0,77	5,26	26,31	2,11	0,90	57,68	13,2	23,9
(a) Distribuição	1,96	1,44	1,83	1,17	2,88	1,94	3,14	4,75	19,11	4,4	7,9
(a) Transmissão	-	0,26	1,17	0,64	3,58	2,92	3,81	5,70	18,07	4,1	7,5
Transporte	9,21	1,38	8,59	5,62	8,48	12,70	11,07	15,70	72,76	16,6	30,1
Telecomunic.	4,03	1,67	4,62	0,74	4,22	8,13	5,90	1,10	30,41	7,0	12,6
Outros	1,10	0,54	2,52	1,60	1,22	1,57	1,07	1,19	10,81	2,5	4,5
Indústria	17,28	19,64	20,17	20,55	16,44	24,10	17,55	18,06	153,80	35,2	100
Mat. Transporte	3,40	1,21	3,47	7,18	3,28	5,59	4,97	2,48	31,58	7,2	20,5
Química e Petroq.	4,40	3,82	5,31	4,89	1,65	3,08	3,84	3,94	30,93	7,1	20,1
(b) Alcool / Bioc.	2,52	2,22	3,77	3,30	0,32	0,40	1,44	1,85	15,82	3,6	10,3
(b) Fertil - Agrottox	-	-	0,12	0,30	0,19	0,09	0,06	0,06	0,83	0,2	0,5
Outros	1,88	1,60	1,41	1,29	1,13	2,60	2,34	2,03	14,28	3,3	9,3
(c) Extrativa	0,82	6,97	2,90	0,31	0,90	3,62	2,87	2,54	20,92	4,8	13,6
Alim. e Bebida	1,35	2,89	2,68	1,49	3,08	3,07	1,86	2,77	19,20	4,4	12,5
(b) Açúcar (bruto)	0,42	1,61	0,59	0,06	0,94	0,91	0,67	0,63	5,82	1,3	3,8
(b) Aves e Suínos	0,51	0,37	0,25	0,61	0,18	1,01	0,17	0,22	3,34	0,8	2,2
(b) Bovino - Carne	0,02	0,31	0,31	0,20	-	0,11	0,04	0,12	1,12	0,3	0,7
(b) Óleos / Farin.	-	0,13	0,34	0,19	-	0,19	0,37	0,02	1,24	0,3	0,8
(b) Laticínio	0,05	0,12	0,23	0,02	0,05	-	0,07	0,19	0,72	0,2	0,5
Outros	0,35	0,35	0,96	0,41	1,91	0,85	0,55	1,59	6,97	1,6	4,5
Metalurg. e Prod.	5,13	3,27	2,43	2,43	1,84	1,28	1,16	0,82	18,36	4,2	11,9
(c) Siderurg. Prim.	4,31	1,27	0,71	0,99	0,11	0,20	0,12	0,23	7,93	1,8	5,2
Outros	0,81	2,00	1,72	1,44	1,73	1,09	1,04	0,59	10,43	2,4	6,8
(b) Celulose e Papel	0,17	0,07	1,58	2,42	3,30	4,57	0,78	3,78	16,67	3,8	10,8
Outras	2,02	1,41	1,80	1,83	2,40	2,88	2,07	1,72	16,14	3,7	10,5
Comércio/Serviço	1,97	1,73	2,80	3,49	5,59	6,86	5,31	6,85	34,59	7,9	100
(b) Agropecuária	0,57	0,66	0,42	0,58	0,23	2,31	1,99	0,42	7,18	1,6	100
Prod. Florestal	0,17	0,04	0,09	0,46	0,20	1,06	1,14	-	3,17	0,7	44,2
Cana-de-Açúcar	0,09	-	0,24	-	-	1,11	0,85	0,25	2,53	0,6	35,2
Avicultura	0,24	0,57	0,04	0,09	-	-	-	-	0,95	0,2	13,2
Outros	0,06	0,05	0,05	0,03	0,03	0,14	-	0,17	0,53	0,1	7,4
Total - R\$ milhões	42,18	35,47	62,11	39,77	51,21	94,05	54,47	58,11	437,37	100	
%	9,6	8,1	14,2	9,1	11,7	21,5	12,5	13,3	100		
(a) Hidro-negócio	4,98	6,80	17,21	2,59	11,71	31,16	9,06	11,35	94,86	64,3	
(b) Agro-negócio	4,26	5,49	7,63	7,68	5,22	9,58	5,58	7,30	52,74	35,7	
(c) Minerio-negócio	5,13	8,24	3,61	1,30	1,01	3,82	2,98	2,77	28,86	19,6	
Total - R\$ milhões	9,24	12,29	24,84	10,27	16,93	40,74	14,64	18,64	147,59	100	
%	21,9	34,6	40,0	25,8	33,1	43,3	26,9	32,1	33,7		

Fonte: BNDES. Disponível em < <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/consulta-op-dir-ind-nao-au> > Acesso em 12/12/2017. Elaboração dos autores.

Para este autor, a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista brasileiro indica que

(...) a coalizão de poder, o bloco histórico que domina o país, se alimenta e se reproduz, também, da extensividade, do caráter itinerante, da fuga para a frente, recorrentemente se reproduzindo em busca de fontes de valorização que utilizam a dimensão continental, a situação paradoxal e o movimento dialético da alta concentração geográfica e, ao mesmo tempo, a marcante capilaridade e capacidade de interiorização e ‘saída para dentro’ que o capitalismo brasileiro aprendeu a utilizar constituindo cadeias longas e complexas de adição de valor econômico e circuitos mercantis internos vigorosos. Assim, o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil logrou historicamente agilizar e contemplar, em simultâneo, variados e heterogêneos interesses (setoriais, regionais, das diversas frações do capital etc). (Brandão, 2010, p. 55)

Sem nunca ter rompido drasticamente com essas dinâmicas, mesmo no período de crescimento industrial e urbano em que os espaços regionais e as cidades permaneceram enredados em uma malha de interesses patrimonialistas e especulativos das frações do capital mercantil e suas alianças políticas conservadoras, a reespecialização e remercantilização iniciada nos anos 1990 aprofundou o controle sobre o território de segmentos ancorados na exploração dos recursos territoriais abundantes e super-exploração da força de trabalho. Assim, para Brandão (2010, p. 63), exacerbou-se “uma compulsão das elites para estocar, simultaneamente, bens de raiz e ativos financeiros para espoliar, explorar e depredar os recursos territoriais, ao mesmo tempo, que busca no âmbito do Estado garantias de rentabilidade, liquidez e conservação patrimonial”.

Cano (2011) sugere que, apesar da expansão das exportações primárias levar a certa desconcentração regional ligada a esses produtos - especialmente na fronteira agropecuária nas Regiões Norte, Centro Oeste e parte do Nordeste, na província mineral de Carajás no Sudeste do Pará e na expansão do petróleo no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Norte - isso não significou uma alteração significativa dos pactos regionais de poder. Para Klink (2013), os grandes projetos de infraestrutura, agronegócio e mineração em regiões interioranas alteram o mandonismo local, mas não o eliminam, uma vez que as velhas elites regionais passam a negociar e articular as condições de sua reinserção, subordinada, no espaço nacional, em nome dos interesses regionais. Assim, as regiões com forte expansão da produção de *commodities* no período atual, experimentam também um fortalecimento subordinado de suas elites locais, que ampliam o bloqueio de mudanças estruturais, especialmente, a desconcentração da propriedade e da renda.

Segundo Acselrad (2013), a ampliação da desregulação e deslocalização que caracteriza o capitalismo atual levou a uma maior competição entre lugares pelos investimentos do capital baseados numa norma regulatória e disciplinar de aceitação do investimento a qualquer custo e de flexibilização das legislações sociais, ambientais ou urbanísticas. Esse processo, normalmente apoiado pelo poder público, gera ganhos para as elites locais que, juntamente com os grandes capitais, têm seus ativos valorizados, ao mesmo tempo em que configura uma “alternativa infernal” para os

trabalhadores e populações com pouca mobilidade, que ou se submetem a piores condições de vida e de trabalho ou são penalizados com a falta de empregos e investimentos.

Em muitos casos, as frações regionais do bloco do poder acabam atuando como mediadores entre os conflitos gerados pelos grandes investimentos e as populações locais, fortalecendo-se na escala local, mas também na escala nacional. Como exemplo, vê-se o fortalecimento político desse grupo no Congresso Nacional, através da chamada Bancada Ruralista que, segundo o DIAP (2014), é uma das mais eficientes em seus próprios objetivos e, de diferentes maneiras, expressa essa articulação de interesses setoriais (agronegócio) e regionais (fronteiras de expansão agropecuária).

Relacionando os deputados eleitos que expressavam publicamente e sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, o DIAP indicou uma redução do número de deputados federais de 142 para 109 entre as legislaturas iniciadas em 2010 e 2015, em função de vários deles terem assumido outros cargos públicos, inclusive no Senado Federal e no próprio executivo. Mesmo com essa redução, esse grupo representava 21,2% do total de deputados logo após a eleição de 2014. Independentemente de todo o apoio à expansão do agronegócio durante os governos do PT, essa bancada votou majoritariamente pelo *impeachment* de Dilma Rouseff em 17/04/2016, conforme a tabela 02.

Tabela 02: Bancada Ruralista: peso político e participação no golpe

	Deputados Federais - 2015/2018			Votação pelo Impeachment			
	Total	Bancada Ruralista		Sim	Não	Abst./Aus.	Inexist.
	n°	n°	%	n°	n°	n°	n°
Norte	65	16	24,6	75,0	18,8	0,0	6,3
Nordeste	151	34	22,5	50,0	47,1	2,9	0,0
Centro-Oeste	41	10	24,4	70,0	20,0	0,0	10,0
Sudeste	179	29	16,2	86,2	10,3	0,0	3,4
Sul	77	20	26,0	85,0	5,0	0,0	10,0
Total	513	109	21,2	71,6	22,9	0,9	4,6
%				75,0	24,0	1,0	---

Fonte: DIAP, 2014 e UOL Notícias, disponível em <<https://placar.uol.com.br/votacao-do-impeachment-de-dilma/camara/>>. Acesso em 10/11/2017. Elaboração dos autores.

Dos 104 deputados dessa lista que continuavam atuando nesse período, 78 deles (representando 75%) votaram pelo afastamento³. Sugere-se, assim, que, apesar desses deputados representarem interesses específicos do agronegócio que haviam sido atendidos pelos governos do PT, não aderiram ao projeto de maior valorização do setor produtivo industrial e produtor de *commodities* em

³ Essa proporção geral não explicita diferenciações regionais que, quando observadas, ajudam a reduzir a ideia de uma bancada totalmente homogênea nacionalmente ou com interesses exclusivos. Muitos desses deputados enquadrados nessa bancada ruralista (organização informal), também participam de outros grupos de interesse no Congresso Nacional, levando a que a análise necessite de maiores detalhamentos.

detrimento dos interesses financeiros-especulativos, levantando uma hipótese, a ser confirmada por estudos mais aprofundados, de que a produção de *commodities* está cada vez mais vinculada aos ganhos rentistas-financeiros. Além disso, verifica-se que as mudanças apontadas pelos articuladores do golpe, não punham em risco as conquistas do agronegócio no período, ao contrário, possibilitavam aprofundamento de acesso a benefícios, como se tem visto desde então.

Com base nesse contexto mais geral, na seção seguinte, busca-se examinar a consolidação da economia do agronegócio no Brasil e suas relações com o *acaparamiento* de terras e a intensificação dos conflitos territoriais no Brasil.

Economia do agronegócio, *acaparamiento* de terras e conflitos territoriais no Brasil

Ao usar a definição de economia do agronegócio, Delgado (2012) assume a autodenominação dada pelos próprios proponentes do projeto, que enfatiza uma noção técnica de integração de negócios no campo e nos ramos de produção a montante e a jusante da agricultura. No entanto, indo além da descrição dos fenômenos e procurando evidenciar as determinações principais das relações econômicas e sociais que se dão neste setor, para esse autor, o que embasa a noção de agronegócio, do ponto de vista econômico, é a integração de capitais na agricultura, especificamente os complexos agroindustriais, o mercado de terras e o sistema de crédito rural, que remetem a uma formulação teórica denominada de “capital financeiro na agricultura”.

A integração desses capitais, no seu arranjo após os anos 2000, se deu sob o patrocínio do Estado, em um contexto histórico em que essa integração foi colocada como a principal estratégia de comércio exterior. Assim, para Delgado (2012), esse processo de acumulação de capital tem o caráter de um pacto de economia política, compreendido enquanto “organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado” (p. 91). Economia do agronegócio, portanto, representa uma estratégia de acumulação de capital na agricultura que expressa um pacto de economia política entre complexos agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, em associação “para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral” (p. 93).

O lançamento da estratégia do agronegócio durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso como alternativa para a geração de saldos do comércio exterior capazes de suprir os déficits do balanço de pagamentos gerados com as crescentes saídas de renda de capital que estavam levando a perdas de reservas internacionais baseou-se, segundo Delgado (2012, p. 94), em cinco iniciativas: investimento em infraestrutura para incorporação de novos territórios segundo uma política de “eixos de desenvolvimento”; redirecionamento da pesquisa agropecuária para operar em sincronia com as multinacionais do agronegócio; regulação frouxa do mercado de terras; mudança na política cambial

para tornar o agronegócio competitivo internacionalmente; reativação do crédito rural nos “planos safra”. Essa estratégia, segundo esse autor, foi completamente continuada e reforçada nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, que experimentou, durante o período 2003 – 2007, vigoroso sucesso nos saldos comerciais em função da maturação dessas mudanças e seus efeitos na rearticulação de alguns complexos agroindustriais e minerais, bem como a quadra favorável de preços internacionais das *commodities*.

O crescimento econômico brasileiro foi liderado, em grande parte, pelo aumento das exportações, dinamizadas pela abundância da liquidez internacional e pelo *boom* de preços das *commodities* agrícolas e minerais entre 2003-2008 (soja, minério de ferro, petróleo etc.), sendo muito destacado pela literatura o “efeito-China”. Desse modo, complexificando questões sobre os determinantes desse *boom*, tendo em vista não apenas os componentes financeiros e especulativos, mas também, o papel hegemônico que a China (grande demandante de matérias primas, insumos energéticos, proteínas alimentares) vem exercendo como potência global. Nesse contexto, foram mobilizadas economias de países com abundância em terras e recursos naturais, especialmente, da América Latina e da África.

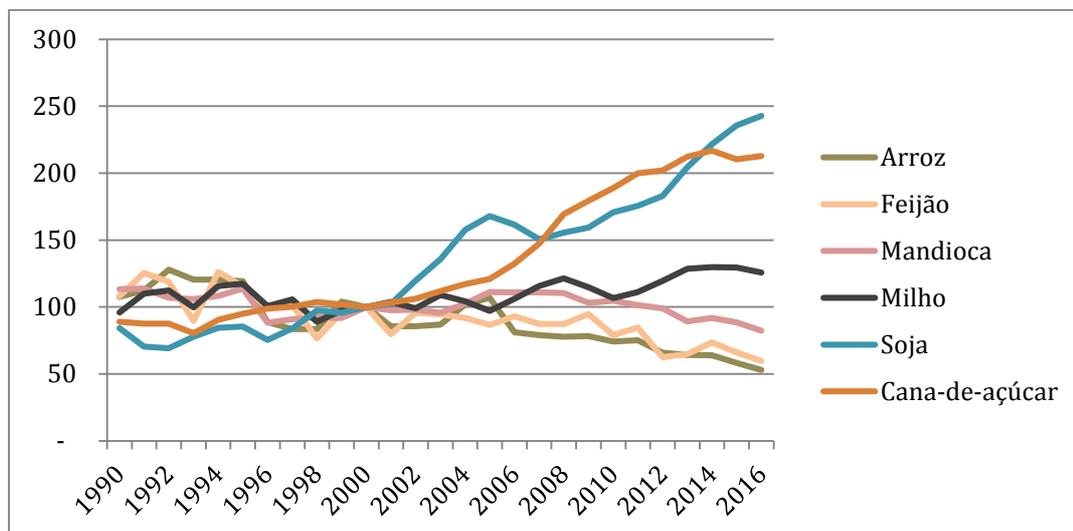
No Brasil, articulados a essas dinâmicas de exportação e, sobretudo, no período pós-crise de 2008, foram previstos e implantados vários projetos de infraestrutura econômica (rodovias, hidrelétricas, portos, minerodutos etc.). Muitos deles, apresentados em conjunto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2), no que se refere à escala nacional. Outras estratégias de investimentos em infraestrutura vinculadas ao escoamento de *commodities* também se deram na escala continental sul-americana, através de projetos no âmbito da IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana).

A implantação de um denominado modelo “neo-primário-exportador”, por sua vez, teve como agentes centrais, além de grandes empresas nacionais multinacionais do sistema agroalimentar e do complexo minero-metalúrgico, bancos públicos (BNDES e Banco do Brasil) e empresas estatais como a Petrobrás. Em geral, articulados em projetos e circuitos espaciais de acumulação que vão desde a escala internacional às regionais – continental e subnacional.

Particularmente, no que se refere às dinâmicas do sistema agroalimentar mundial e da economia do agronegócio no caso brasileiro, houve expansão das monoculturas para produção de *commodities*, especialmente daquelas conhecidas como “*flex crops*”, com possibilidades de se adequarem a diferentes demandas de mercado, seja na alimentação humana, alimentação animal, insumos industriais ou agrocombustíveis. As áreas colhidas com *commodities* vegetais “*flex crops*”, como milho, cana-de-açúcar e soja cresceram entre 2000 e 2016, respectivamente, 25,8%, 112,8% e 142,8%, contrastando com a redução das principais culturas alimentares do país, que diminuíram a área colhida, nesse mesmo período, em 47%, no caso do arroz, 40,4%, no caso do feijão e 17,7%, no

caso da mandioca (gráfico 02).

Gráfico 02: Crescimento da área colhida de culturas vegetais (2000 = 100)

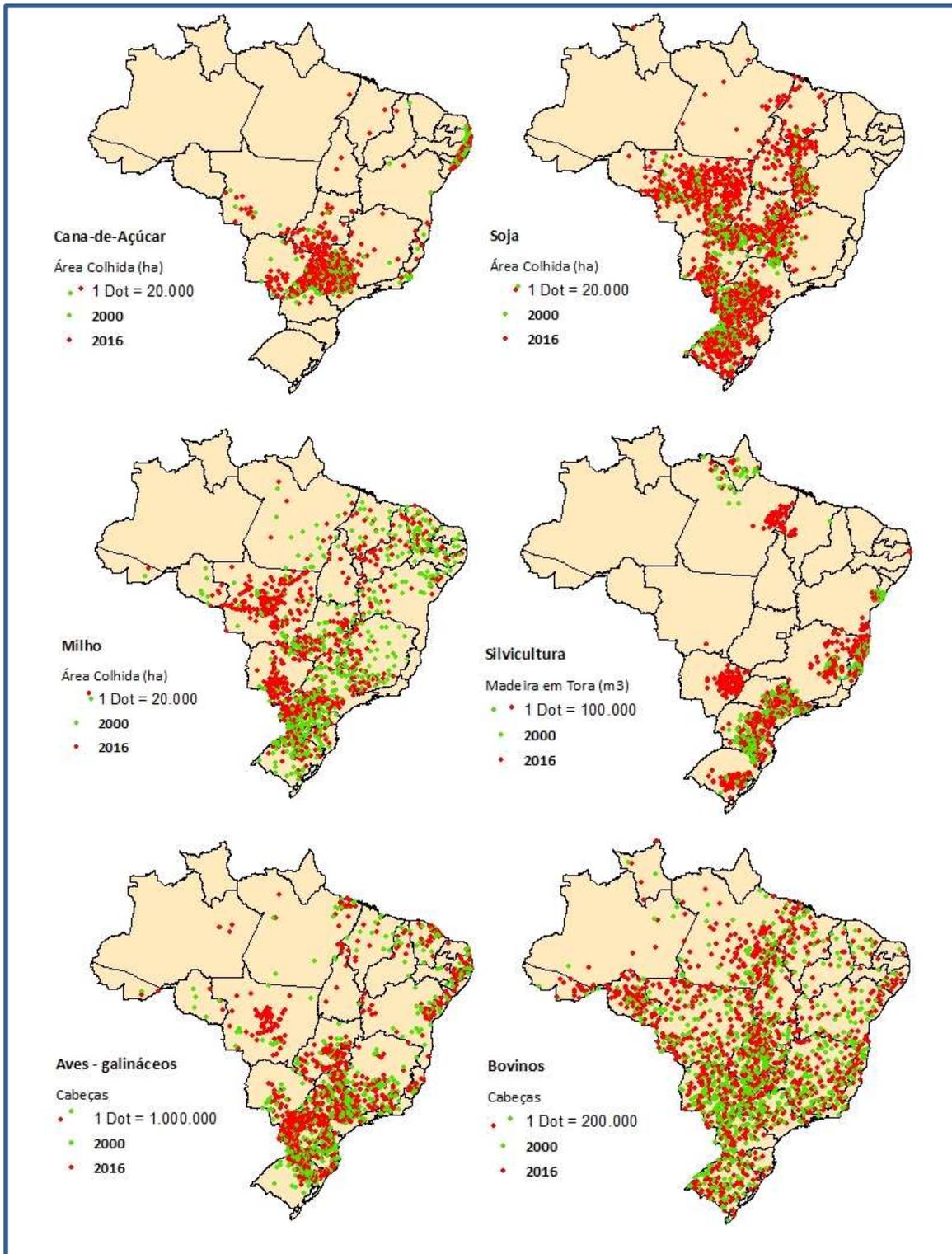


Fonte: IBGE – PAM, vários anos. Elaboração dos autores.

Com relação à espacialização da produção de *commodities* agrícolas no País, é possível observar na Figura abaixo o reforço de padrões regionais das principais *commodities* que vinham sendo configurados desde os anos 1990. No caso da soja, nos Estados das regiões Sul e Centro-Oeste. Do mesmo modo, pode-se observar a intensa ocupação da fronteira denominada pelo acrônimo “Matopiba” (em subregiões do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Outros padrões regionais se delinearam com a intensa concentração da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, espraiando-se em extensa faixa do interior paulista ao Triângulo Mineiro e sul/sudeste de Goiás. Essa espacialização das culturas agrícolas também levou a um deslocamento da produção pecuária bovina à Amazônia.

O *boom* das *commodities* também gerou processos de *acaparamiento* de terras no Brasil. Sauer; Leite (2012) refletem sobre esse processo analisando mais detalhadamente os efeitos da expansão da cana de açúcar e da soja, as duas principais *commodities* agrícolas brasileiras. Para esses autores, nas áreas de expansão dessas duas culturas, assim como nas de plantios industriais de árvores e mineração, houve ampliação dos investimentos, inclusive estrangeiros, em diferentes partes do processo produtivo, inclusive na fase primária e na compra de terras. Relacionado a esse processo, verificou-se um aquecimento do mercado de terras com elevação dos preços.

Figura 01: Expansão e Especialização das *Commodities* agrícolas no Brasil entre 2000 e 2016



Fonte: IBGE – PAM, PPM, PEVs (2000, 2016). Elaboração dos autores.

Obs: Cana-de-açúcar, soja e milho: área plantada em ha. Silvicultura: produção de toras para papel e celulose em m3. Aves-galináceos e Bovinos: efetivo do rebanho (cabeças). Dados levantados por microrregiões.

Com relação à questão agrária brasileira, principalmente nas regiões de produção de *commodities* agrícolas (consolidadas e em expansão), há importantes agravantes. Para Sauer; Leite (2012), a elevação do preço da terra, é um vetor de complexificação dessa já problemática e histórica

questão, marcada pela concentração fundiária e pelos conflitos em torno da terra. Essa disputa se dá tanto por parte das lutas populares pela (re)conquista da terra ou resistência frente a novas expulsões como por parte das organizações patronais em busca de fortalecer uma aliança capital–terra. Com o aumento dos investimentos em monoculturas de exportação e, conseqüentemente, elevação do preço da terra, ampliaram-se as disputas territoriais não apenas porque ficou mais caro para o governo desapropriar áreas para políticas de reforma agrária, mas também porque aumentou o interesse econômico e político por elas, havendo um deslocamento da correlação de forças para o polo capital-terra.

Flexor; Leite (2017), ao aprofundarem a análise do mercado de terras brasileiro durante o *boom* das *commodities*, percebem que houve não apenas uma ampliação do investimento em terras, inclusive com capital estrangeiro, mas também uma alteração na lógica patrimonial e produtiva. Historicamente, a inversão de capitais em terra teve papel importante no Brasil, porém, visando objetivos indiretos, como o acesso ao sistema nacional de crédito rural ou, no caso de valorização direta, com maior preocupação com a segurança do capital frente às instabilidades econômicas e inflação do que com a rentabilidade de curto prazo. O período atual mostra mudanças qualitativas nos tipos de inversão, pois como demonstram esses autores, houve, nesse período, uma correlação negativa entre preço da terra e inflação, ao passo que houve uma correlação fortemente positiva entre preço da terra e preços das *commodities*, assim como dos índices do mercado financeiro. Esses dados indicam que esses investimentos estão mais relacionados com interesses produtivos e especulativos com a terra do que como formação de reserva de valor, tal como no passado.

Diretamente relacionados a essa expansão, os investimentos ocorreram não apenas na aquisição de terras, mas também em toda a cadeia de produção das *commodities*. Conforme analisado por Flexor; Leite (2017), essa dinâmica gerou enormes benefícios para as grandes corporações do agronegócio, tanto internacionais como algumas nacionais, que ampliaram sua ação acompanhando o deslocamento da produção para as novas áreas de expansão dessas culturas, assim como diversificando para novas frentes de produção, por exemplo, de agrocombustíveis. Uma série de aquisições e fusões marcou o sistema agroalimentar brasileiro, assim como a entrada de empresas não tradicionalmente ligadas a ele, especialmente na produção de agroenergia.

Essas dinâmicas de modificação da produção de *commodities* brasileiras, em especial, daquelas ligadas ao agronegócio, inserem-se em um quadro mais geral da questão agrária nacional. Alentejano (2014), analisando o que ele considera como os quatro temas nucleares da questão agrária brasileira no início do Século XXI, relaciona esse processo de internacionalização da agricultura brasileira, com a persistência da concentração fundiária e várias desigualdades daí decorrentes, uma crescente insegurança alimentar e a perpetuação da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo brasileiro. Seguindo essa linha de argumentação, pode-se pensar nos conflitos

agrários como expressão nacional do processo mais geral de *acaparamiento* de terras, por expressar não apenas a necessidade de uma reforma agrária secularmente adiada, mas também o fortalecimento do poder político dos proprietários. A economia do agronegócio apresenta-se como uma atualização do pacto de poder político e territorial configurado secularmente com base na grande propriedade de terras.

Uma síntese da análise de vários autores que compõem os Cadernos Conflitos no Campo – Brasil editado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi apresentada em Michelotti (2014). Pode-se perceber que, em relação aos dois primeiros governos Lula (2003 a 2010), houve um pico inicial de conflitos agrários entre 2003 e 2004⁴, que depois foram reduzindo-se em função de três fatores principais: aumento da renda de parte da população que normalmente se envolve nas lutas por terra, seja em função da expansão do emprego, seja em função das políticas compensatórias; efeito demonstração negativo, uma vez que a dificuldade e a lentidão na conversão de acampamentos e ocupações de terras em assentamentos de reforma agrária se ampliaram; criminalização de lideranças e movimentos sociais de luta pela terra, o lado coercitivo da hegemonia do agronegócio. Esses conflitos foram reduzindo-se até 2008, quando chegaram ao número de 751 conflitos e 354.225 pessoas envolvidas. Após isso, no período que corresponde à intensificação da expansão do agronegócio e do *acaparamiento* de terras, voltaram a crescer, chegando a 1.018 conflitos em 2014, envolvendo 600.240 pessoas (CPT, 2016).

As análises dos cadernos da CPT também indicam mudanças qualitativas. Houve um aumento da violência contra os que lutam pela terra exercida pelo poder privado, na forma de assassinatos e expulsões comandadas diretamente por fazendeiros e empresas de segurança, assim como pelo poder público, especialmente, pelo Judiciário, na forma de prisões e despejos, e pelo Legislativo, na forma de CPI's e requerimentos de fiscalização ao TCU contra movimentos sociais e órgãos de governo ligados à execução de programas de reforma agrária. Esses conflitos agrários refletem, dessa forma, uma assertiva de Poulantzas (1986) de que o bloco no poder, em situações em que perde determinados espaços na ossatura material do Estado, tende a se reacomodar em outros espaços, alterando formas de atuação que não necessariamente significam redução de sua posição hegemônica. Esse deslocamento das forças conservadoras para o Judiciário e Legislativo, que pioneiramente deu-se em relação à questão agrária, depois se mostrou decisivo nas fases finais de consolidação do golpe de 2016.

Outras mudanças qualitativas em relação aos conflitos agrários estiveram associadas ao deslocamento geográfico da reforma agrária para áreas de “fronteira”, especialmente na Amazônia, como forma de atender pressões populares sem afetar os interesses do agronegócio. Essa dinâmica,

⁴ No ano de 2004 houve o registro do maior número de conflitos, igual a 1.398, e em 2003 a maior quantidade de pessoas envolvidas em conflitos, igual a 1.127.205

primeiro na forma de criação de assentamentos e depois de projetos de regularização fundiária, reproduziu as estratégias de colonização da ditadura militar buscando amenizar as tensões agrárias com a expansão de fronteiras. Como já analisado naquele período, esse tipo de tentativa acaba por reproduzir na fronteira certas contradições das áreas de origem, gerando novos conflitos entre camponeses migrantes, fazendeiros/empresas, indígenas, frações locais do campesinato e oligarquias locais. Esse deslocamento geográfico em áreas de fronteira explica a mudança no perfil dos envolvidos na maior parte dos conflitos agrários nesse período, que passou do campesinato “sem-terra” do Centro-Sul para as chamadas “populações tradicionais da Região Norte, em lutas que assumiram mais fortemente o caráter de disputas territoriais. Reflete-se, também, no aumento da extensão das áreas envolvidas em conflitos agrários, que passaram de 1,9 milhões de hectares em 2000 para 13,2 milhões de hectares em 2012 (ano de máximo durante os governos petistas), refluindo para 8,1 milhões de hectares em 2014.

Essas análises estão em consonância com as de Almeida et al. (2010) de que o fortalecimento econômico e político dos setores produtores e exportadores de *commodities* intensivos em capital, especialmente o agronegócio e a mineração, deu-se através de uma articulação bastante particular entre formas intensivas e extensivas de acumulação, onde ganhos decorrentes do aumento da produtividade, da intensificação do trabalho e da aceleração da rotação do capital associam-se à expropriação de recursos comunais e especulação financeira e imobiliária, na cidade e no campo. Nessa mesma perspectiva, Acsegrad; Barros (2013, p. 19) afirmam que no campo brasileiro, a frente intensiva de acumulação busca ganhos de rendimento por hectare, através da intensificação das condições de exploração do trabalho rural e do uso crescente de insumos industriais, enquanto a frente extensiva “requer a incorporação de novas áreas, produtivas ou especulativas, pela expropriação de terras ocupadas por pequenos produtores, terras públicas, áreas de reserva legal, terras indígenas ou de povos tradicionais”.

Considerações Finais

A partir dos avanços teórico-analíticos sobre o regime de acumulação dominado pelas finanças, neste trabalho, foram analisadas as relações entre a dinâmica sistêmica atual, o *boom* das *commodities* e o que vem sendo denominado de *land grabbing* / *acaparamiento de tierras*. Para além de uma discussão pautada somente pelo destaque aos mecanismos, agentes e suas lógicas de operação, buscou-se contribuir também com o debate sobre a multiescalaridade da dinâmica capitalista atual. Sob essa perspectiva, ressalta-se a complexidade temática e os limites de abordagens generalizantes.

No caso do *boom* de preços e expansão das *commodities*, foi possível observar uma dinâmica vinculada aos mecanismos e lógicas de operação dos mercados financeiros e, por conseguinte, a uma

“corrida por terras” global. Entretanto, tal dinâmica ocorre em contexto geoeconômico e geopolítico no qual a China, forte demandante de matérias primas, insumos e alimentos, vem ampliando seu protagonismo internacional e a disputa por hegemonia. Tais processos inter-relacionados potencializam a mobilização de países e regiões com abundância de terras, intensivos em recursos naturais e com histórico de pactos de dominação política favoráveis às lógicas de acumulação rentistas e patrimoniais.

Como resultados importantes, há intensificação e agudização de desigualdades e conflitos territoriais. No caso brasileiro, alguns estudos indicam que houve intensificação de processos de *acaparamiento* de terras transformando, de modo quantitativo e qualitativo, os conflitos agrários e territoriais de modo geral. Apesar da prevalência do pacto político do agronegócio em todo o período inicial do século XXI, houve uma redução do número de conflitos por terra e pessoas envolvidas entre 2004 e 2008, voltando a crescer a partir de então, coincidindo com o período de *boom* das *commodities* e intensificação dos processos de *acaparamiento* de terras.

Embora as bases desses processos já estivessem desenhadas desde o início dos anos 2000, o golpe de 2016 significou seu maior aprofundamento, associado a uma guinada conservadora e uma série de medidas de redução de direitos sociais e trabalhistas, inclusive daqueles ligados ao direito à terra e ao território. Como desdobramento desse processo, os dados dos conflitos por terra registrados pela CPT, para o ano de 2016, são eloquentes: 1.295 conflitos, envolvendo 686.735 pessoas e 23,7 milhões de hectares. Correspondem, em relação à situação de 2014, a um crescimento de 27,2% no número de conflitos, 14,4% no número de pessoas e de 191,3% nas terras envolvidas, expressão do agravamento da conflitividade envolvida nas dinâmicas de apropriação da terra no Brasil.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Desigualdade Ambiental, Economia e Política. **Astrolabio**, n. 11, ano 2013. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/5549> Acesso em: 11/11/2017

ACSELRAD, Henri; BARROS, Juliana Neves. Os Descaminhos da Associação entre o ‘Senhor Capital’ e a ‘Senhora Terra’. In: **Conflitos no Campo – Brasil**, 2012. Goiânia: CPT Nacional, 2013. p. 18 – 24

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária e Agroecologia no Brasil do século XXI. In: Molina, Mônica Castagna et al. (orgs.) **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre questão agrária e agroecologia no Brasil do século XXI**. Brasília: NEAD, 2014. p. 23 – 57.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de et al. Apresentação. In: _____ (org.) **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora

Lamparina, 2010.

BORRAS JR, Saturnino M. et al. Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n° 38, 2013. p. 75 – 103.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de et al. **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010, p. 39 – 69.

CANO, Wilson. Novas Determinações sobre as Questões Regional e Urbana após 1980. **Rev. Bras. de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, Nov. 2011.

CHESNAIS, François. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2017.

DE MATTOS, Carlos. Financiarización, valorización inmobiliaria del capital y mercantilización de la metamorfosis urbana. *Sociologías* (Porto Alegre), 2016, 18(42), p. 24-52.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: legislatura 2015 – 2019**. Brasília: DIAP, 2014. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/viewcategory/41-radiografia-do-novo-congresso>>. Acesso em 10/11/2017.

FLEXOR, Georges e LEITE, Sérgio P. Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s *Contexto Internacional*, vol. 39(2), May/Aug, 2017. P. 393 – 420.

GUTTMAN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. *Novos Estudos Cebrap*, 82, nov. 2008, p.11-33.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008a.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008b.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

KLINK, Jeroen. A Escalaridade e a Espacialidade do (Novo) Desenvolvimentismo: uma exploração conceitual para o debate. In: Brandão, C. e Siqueira, H. (orgs.) **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013.

MICHELOTTI, Fernando. Resistência camponesa e Agroecologia. In: Molina, Mônica Castagna et al. (orgs.) **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre questão agrária e agroecologia no Brasil do século XXI**. Brasília: NEAD, 2014. p. 60 – 87.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, Leda. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política**, 2016, vol. 36, n. 3 (144), p. 514-535

PINTO, Eduardo Costa et al. A Economia Política dos Governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. **UFRJ – Textos para Discussão**, n° 04, 2016. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2016/TD IE 004 2016 COS>>

[TA PINTO et al.pdf](#)> Acesso em 13/11/2017.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

RUBIO, Blanca. **El Dominio del Hambre**: crises de hegemonia y alimentos. México: Univ. Aut. Chapingo – Colegio de Postgraduados / Univ. Aut. de Zacatecas / Juan Pablos Editor, 2015.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR., Saturnino. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição Especial, jun. 2016. p. 06-42.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio P. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra por Estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, vol. 50, n° 3, p. 503-524, Jul/Set 2012.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A Economia Política dos Governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, dez. 2012.

VANDER STICHELE, Myriam; KERCKHOFFS, Thijs; van OS, Roos. **Financing Food**: Financialisation and Financial Actors in Agriculture Commodity Markets. SOMO Paper. Amsterdã, 2010. Disponível em

<<https://ssrn.com/abstract=1597138>> ou <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1597138>>

Acesso em 23/09/2017.